

PREFÁCIO — *Mauricio Godinho Delgado* ..... 15

INTRODUÇÃO

O princípio da vedação do retrocesso no Direito do Trabalho ..... 19  
 Plano da obra ..... 22

CAPÍTULO I

**Evolução Histórica do Direito Internacional do Trabalho:  
 Manifestações Jurídicas Positivas do Princípio da Vedação do  
 Retrocesso no Direito do Trabalho**

1. Antecedentes históricos ..... 25

1.1. Pressupostos econômicos: A consolidação do modo de produção capitalista, a gênese dos regimes nacionais de proteção ao trabalho e a concorrência internacional ..... 26

1.2. Manifestações incipientes ..... 27

1.2.1. Manifestações particulares ..... 27

1.2.2. Manifestações acadêmicas ..... 28

1.2.3. O ativismo social cristão ..... 30

1.2.4. Manifestações oficiais iniciais ..... 32

1.3. A proteção ao trabalho como destaque na agenda internacional: os primeiros congressos internacionais ..... 33

1.3.1. Os primeiros congressos internacionais de legislação do trabalho ..... 33

1.4. Esboço histórico da Organização Internacional do Trabalho: a criação de organismos internacionais de caráter privado ... 34

1.4.1. A primeira internacional e os congressos internacionais operários de caráter socialista ..... 34

1.4.2. A criação da Associação Internacional para a Proteção Legal dos Trabalhadores ..... 36

1.4.3. Os frutos da atuação da Associação de Proteção Legal ao Trabalho: as conferências internacionais e as primeiras convenções internacionais de proteção ao trabalho ..... 37

2. Formação histórica do Direito Internacional do Trabalho .....	41
2.1. Criação da Organização Internacional do Trabalho .....	41
2.1.1. Elementos político-sociais atuantes no processo de criação da Organização Internacional do Trabalho ....	41
2.1.1.1. Intensificação e fortalecimento do movimento sindical internacional: o fecundo período de guerra .....	41
2.1.1.2. A Revolução Russa .....	44
2.1.2. A Conferência de Paz .....	45
2.1.3. O Tratado de Versailles .....	49
2.2. A Organização Internacional do Trabalho no período entre guerras: a consolidação da entidade internacional como órgão técnico permanente .....	54
2.3. A Organização Internacional do Trabalho, a Segunda Guerra Mundial e a Declaração da Filadélfia .....	56
2.3.1. A Declaração da Filadélfia: densificação normativa do princípio da justiça social e da progressão sociojurídica do trabalhador .....	57
2.3.2. As Conferências de Paris em 1945, de São Francisco em 1946 e as reformas constitucionais da OIT: a autonomia da entidade internacional e a constitucionalização da Declaração da Filadélfia .....	59
2.3.3. A Organização das Nações Unidas e os direitos econômico-sociais .....	61
2.3.3.1. O ingresso da OIT no sistema da ONU: o revigoramento do papel da OIT no desenvolvimento socioeconômico das nações.....	64
2.4. A Declaração de Direitos do Homem de 1948 e os direitos humanos sociais .....	65
2.4.1. A Declaração de Direitos do Homem de 1948 e a revisão do dogma da soberania .....	66
2.4.2. O problema dos fundamentos dos direitos do homem e o consenso prático .....	67
2.4.3. O problema da força jurídica da Declaração de Direitos de 1948 .....	69
2.4.4. Os princípios ético-jurídicos consagrados na Declaração de Direitos do Homem .....	72
2.4.4.1. A dignidade da pessoa humana como vetor axiológico dos direitos do homem .....	73
2.4.4.2. A igualdade jurídica como exigência da dignidade humana .....	73

2.4.4.3.	A liberdade como fundamento e finalidade da ordem jurídica promocional da pessoa humana .....	75
2.4.4.4.	O substrato axiológico da fraternidade e seus consectários jurídicos .....	77
2.4.5.	A Declaração de Direitos do Homem e os direitos dos trabalhadores .....	79
3.	Os pactos de direitos civis e políticos e de direitos econômicos, sociais e culturais de 1966 .....	82
3.1.	Os pactos de direitos humanos de 1966 e os direitos dos trabalhadores .....	86
3.2.	O problema do sistema de controle dos direitos humanos de cunho econômico, social e cultural .....	91
4.	Os direitos humanos nos sistemas regionais .....	92
4.1.	Convenção americana de direitos humanos e o protocolo de São Salvador .....	92
4.2.	A proteção da pessoa humana no âmbito da Organização dos Estados Americanos e os direitos dos trabalhadores .....	93
4.2.1.	Os direitos dos trabalhadores catalogados no Pacto de São Salvador .....	96
4.3.	A Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais .....	97

## CAPÍTULO II

### O Princípio da Vedação do Retrocesso nos Tratados e Convenções Internacionais de Trabalho

1.	Os tratados e convenções internacionais no quadro geral da teoria das fontes do direito .....	100
1.1.	Fontes do direito: definição, genealogia e classificação .....	100
1.2.	Os tratados e convenções internacionais de trabalho como fonte formal do direito .....	106
1.2.1.	Tratados e convenções internacionais de trabalho: definição e distinções terminológicas .....	106
1.2.2.	As relações entre as ordens jurídicas nacional e internacional .....	108
1.3.	Tratados e convenções internacionais de trabalho: natureza jurídica .....	111
1.4.	Os tratados e convenções internacionais de trabalho: validade formal (vigência) e validade material (posição hierárquica) .....	113

1.4.1.	Validade formal das normas derivadas de tratados e convenções internacionais (vigência) .....	113
1.4.1.1.	A vigência internacional .....	114
1.4.1.1.1.	Legitimidade subjetiva e material.....	114
1.4.1.1.1.1.	Legitimidade subjetiva: especificidades de representação dos Estados na Organização Internacional do Trabalho .....	115
1.4.1.1.2.	Procedimentos inerentes à validade internacional do tratado internacional...	116
2.	O regime jurídico das reservas no sistema da Convenção de Viena e especificidades dos tratados multilaterais .....	121
3.	Regime especial de reservas no plano da Organização Internacional do Trabalho: a reserva implícita ao retrocesso social .....	123
3.1.	O princípio da progressão social do trabalhador: a reserva implícita ao retrocesso sociojurídico .....	125
4.	Procedimentos inerentes à validade interna do tratado internacional .....	129
4.1.	Termo final de vigência internacional dos tratados e convenções internacionais de trabalho .....	133
4.2.	Validade material dos tratados e convenções internacionais: o problema do <i>status</i> hierárquico dos tratados e convenções internacionais, tratados internacionais consagradores de direitos humanos e convenções internacionais de trabalho ...	137
4.3.	Hierarquia dos tratados internacionais consagradores dos direitos humanos .....	141
4.4.	Os tratados internacionais sobre direitos humanos na Constituição Federal de 1988 .....	143
4.5.	Posição hierárquica dos tratados e convenções internacionais de trabalho .....	153
4.6.	O princípio da norma mais favorável como critério hierárquico das normas justralhistas .....	153
4.6.1.	Parâmetros metodológicos de apuração da norma mais favorável .....	156
4.6.2.	O princípio da norma mais favorável e as convenções da Organização Internacional do Trabalho ..	158
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	161